

## EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Alessandra Cristina Rodrigues<sup>ID<sup>1</sup></sup> e Cleia Renata Teixeira de Souza<sup>ID<sup>2</sup></sup>

### Resumo

Considerando a conjuntura atual, em que se testemunha a crise da democracia, o presente artigo busca refletir sobre os diversos significados que a palavra democracia assumiu no decorrer da história, sobre a sua importância como forma de governo e sua relação com a educação. Embora os sistemas políticos sejam regulados por instituições e normas democráticas, na prática há uma forte interferência de grandes *lobbies* nas decisões políticas. Diante disso, é urgente que a escola redescubra o seu papel, que é o de formar cidadãos ativos e críticos. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, este artigo percorre pelas ideias de alguns pensadores, que, ao longo da história, contribuíram para a reflexão a que este trabalho se propõe: a escola como um antídoto eficaz contra a tendência populista e autoritária que tende a se instalar no âmbito dos poderes da República. Por meio da colaboração de teóricos da democracia e da educação, como Norberto Bobbio, John Dewey e Anísio Teixeira, este escrito aponta caminhos para que a escola se redescubra enquanto casa do saber e laboratório de democracia. Nesta perspectiva, há um caminho eficaz que essa instituição poderá trilhar para que se torne promotora de democracia: democratizar a sala de aula. Para isso, o professor é peça-chave. Por ser apaixonado pelo conhecimento, é capaz de promover diálogo, romper barreiras e trabalhar o respeito às diferenças.

**Palavras-chave:** Educação; Democracia; Ambiente Escolar.

## EDUCATION AND DEMOCRACY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

### Abstract

Considering the current situation, in which we witness the crisis of democracy, this article seeks to reflect on the various meanings that the word democracy has assumed throughout history, on its importance as a form of government, and on its relationship with education. Although political systems are regulated by democratic institutions and norms, in practice there is a strong interference of large lobbies in political decisions. In view of this, it is urgent that the school rediscovers its role, which is to form active and critical citizens. By means of a bibliographical research, this article goes through the ideas of some thinkers

<sup>1</sup>Mestre em História da Europa Contemporânea. Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Itaberaí, Goiás, Brasil.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Naviraí (CPNV).



who, throughout history, have contributed to the reflection that this work proposes: the school as an effective antidote against the populist and authoritarian tendency that tends to install itself in the scope of the powers of the Republic. Through the collaboration of theoreticians of democracy and education, such as Norberto Bobbio, John Dewey, and Anísio Teixeira, this paper points out ways for the school to rediscover itself as the home of knowledge and laboratory of democracy. From this perspective, there is an effective path that this institution can follow to become a promoter of democracy: democratizing the classroom. To this end, the teacher is key. Being passionate about knowledge, he or she is capable of promoting dialogue, breaking down barriers, and working on respect for differences.

**Keywords:** Education; Democracy; School Environment.

## 1. Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e busca refletir sobre os diversos significados que a palavra democracia assumiu no decorrer da história, sobre a sua importância como forma de governo e sua relação com a educação. Propõe-se, aqui, responder ao seguinte questionamento: a escola pode se configurar em um ambiente favorável à educação e ao exercício da democracia? Se sim, quais caminhos essa instituição deve trilhar para alcançar esse propósito?

Entende-se que a democracia se faz presente quando todos participam ativamente da vida em sociedade. Neste sentido, a educação tem um papel fundamental na formação de cidadãos ativos, sendo elemento-chave na promoção da participação cívica. Acredita-se que a verdadeira revolução se dá pelo conhecimento; portanto, a escola ocupa papel de destaque nesse processo.

A literatura que aborda essa temática é vasta. Exauri-la não é possível. Desse modo, parte-se da ideia de democracia com a forma de governo mais adequada, mantendo com a educação uma relação intrínseca. Pretende-se, com isso, refletir sobre como a educação e a democracia podem contribuir para a construção de uma sociedade justa e igualitária, e como a escola pode tornar-se um ambiente propício ao exercício da democracia.

Este trabalho é composto por três seções e as considerações finais. A primeira aborda a metodologia adotada para a elaboração deste estudo; a segunda apresenta as ideias de alguns pensadores como Norberto Bobbio, John Dewey e Anísio Teixeira, que, no decorrer da história, colaboraram com valiosas reflexões acerca dos significados e da importância que a democracia e a educação foram adquirindo; a terceira seção busca traçar a relação existente entre democracia e educação, bem como responder ao questionamento levantado inicialmente. Por fim, são apresentadas as considerações finais.



## **2. Metodologia**

Este estudo é fruto de uma pesquisa bibliográfica. Portanto, fundamenta-se em teóricos que abordaram os conceitos de democracia e educação. Considera-se importante a pesquisa bibliográfica pelo fato de que ela permite ao pesquisador trazer à luz a literatura referente a um determinado tema. Assim, mediante leitura-releitura, é possível contribuir com toda a comunidade acadêmica, ao compreender conceitos, analisar a realidade e propor mudanças.

Salienta-se que a pesquisa bibliográfica é a base de uma pesquisa científica, pois possibilita o conhecimento acerca do que já foi produzido sobre o assunto em pauta e, a partir daí, com novos olhares, a construção de novos saberes. Não se trata de repetir o que já foi escrito sobre determinado assunto, mas de reinterpretá-lo à luz da realidade hodierna. Nesse sentido, Amaral (2007) enfatiza que trata-se de:

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que definirá o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. (AMARAL, 2007, p. 1).

Para tratar da democracia, recorreu-se a Norberto Bobbio, jurista italiano considerado o filósofo da democracia contemporânea. Considerando a conjuntura atual, marcada por mercados globais que se impõem aos indivíduos (BAUMAN, 2005), conflitos endêmicos, desigualdades sociais e econômicas, políticas populistas e autoritárias, com governos alheios às necessidades do povo, restritos a poucos, elitistas e oligárquicos, é urgente recorrer às propostas de Bobbio, que convida a pensar em uma democracia que não seja rígida e separada do povo; ao contrário, ele propõe uma democracia mais participativa e extensa, fora do “palácio” e dos teatros, dos rituais da política e dos partidos; uma democracia real que interpreta as necessidades das pessoas, homens e mulheres, trabalhadoras e trabalhadores de todas as categorias sociais.

Para enriquecer a reflexão, aborda-se a educação e o ambiente escolar, este último entendido enquanto laboratório de democracia. Para tanto, conta-se com as experiências e a propostas pedagógicas do americano John Dewey e do brasileiro Anísio Teixeira. Esses educadores foram os pioneiros da ideia de educação integrada à realidade e lançaram a proposta de uma escola pública de qualidade e para todos. Esses autores têm muito a contribuir com este estudo, pois pensaram a educação como um meio eficaz para construir uma sociedade mais justa, democrática e participativa.

Diante do exposto, é necessário garantir que a escola seja um patrimônio de todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, classe social ou qualquer outra categoria. Além disso, deve-se, cada vez mais, elevar o nível de formação dos estudantes, em busca de uma “educação para a democracia”, aberta às diferenças, de modo a garantir uma sociedade futura mais igualitária e inclusiva.



### 3. Democracia e Educação

A presente seção traz uma reflexão sobre os significados de democracia e educação e de como esses dois conceitos estão interligados. Entende-se que a democracia só é possível na educação, e que não há educação verdadeira sem democracia. Neste sentido, democracia e educação consistem nos antídotos mais seguros e eficazes contra o populismo, mal endêmico de todas as formas de governo autoritários e ditoriais. Por isso, é fundamental repensar os valores intrínsecos à democracia e à educação e ressignificá-los, para que se configurem em instrumentos capazes de promover as mudanças necessárias.

#### 3.1 Democracia: uma visão geral

O debate em torno dos significados e da importância da democracia ocorre há séculos. As discussões continuam nos dias atuais, ora para exaltá-la, ora para desconsiderá-la. A democracia pode ser compreendida sob várias perspectivas. Para iniciar a reflexão, parte-se da etimologia da palavra. Segundo consta no Dicionário Online de Português (2018), o termo vem do grego *δημοκρατία*, *dēmokratía*, e quer dizer “poder do povo”. Como a própria origem etimológica sugere, a Grécia é o berço da democracia. De acordo com Musti (2004, p. 179-183), por volta do século VI a.C. teve início, em Atenas, um processo de reforma institucional e política liderada por Clístenes, que entendia o regime político como um poder que deveria ser de todos os nascidos livres nessa cidade-estado. Esse sistema caracterizou-se pelo princípio de igualdade perante a lei, de liberdade de palavra e paridade em concorrer a cargos públicos. Esse sistema político implantado por Clístenes foi aperfeiçoado por Péricles, estadista ateniense, no século VI a.C., com o objetivo de beneficiar “não a poucas pessoas, mas a maioria [...] diante das leis, a todos cabem um plano de paridade [...]” (BOBBIO, 2003, p. 140).

A democracia, tal como se originou em Atenas, não alcançou um considerável consenso entre todos os intelectuais da época. Em Platão, por exemplo, foi definida como “governo de número ou da multidão”, sendo considerada a pior das boas e a melhor das más: pior do que a timocracia e a oligarquia, e melhor do que a tirania (BOBBIO, 2003). Aristóteles entendia a democracia como “[...] governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania e se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos” (BOBBIO, 1983, p. 423). Ainda na Antiguidade Clássica, Heródoto reportou-se ao discurso de Otane, para quem a democracia consistia na “[...] igualdade de direitos, cujo governo está sujeito às prestações de conta e todas as decisões são tomadas em comum” (BOBBIO, 2003, p. 139-140).

Durante o domínio do Império Romano, passando pelo Período Medieval, até a Idade Moderna, a palavra democracia caiu em desuso, ganhando força a expressão *res publica*, entendida não como poder do povo, e sim como “coisa para todos” (BOBBIO; METTEUCCI; PASQUINO, 1998).



Durante a Idade Moderna, as formas de governo foram essencialmente duas, a Monarquia e a República. Esta última, muitas vezes, confundida com democracia. Nesse contexto, encontra-se o filósofo Jean Jacques Rousseau, considerado o pai da teoria da democracia moderna. Para ele, a democracia deve ser “[...] vista como associação mediante a qual cada um, unindo-se a todos, obedece apenas a si mesmo e permanece livre como antes” (ROUSSEAU, 1978, p. 32). A partir de outra perspectiva teórica, Alex de Tocqueville entende que o que conta “[...] é que o poder esteja de fato, diretamente ou indiretamente ou por interposta pessoa, nas mãos do povo, que vigore as leis das leis que é o princípio da soberania popular” (BOBBIO, 2003, p. 151),

A partir, do século XIX, o americano John Dewey trouxe contribuições valiosas para o debate em torno do tema democracia. O autor assim se expressa:

Uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas da vida associada (DEWEY, 1979, p. 106).

Para Dewey, a democracia é mais que uma forma de governo. Consiste em uma dimensão que engloba vários aspectos da vida do cidadão: do direito ao voto, passando pela justiça social e chegando ao mundo do trabalho. Dessa forma, Westbrook, Teixeira e Romão (2010) refletem:

Que significa a democracia se não todas as pessoas participando da determinação das condições e objetivos de seu próprio trabalho e que, definitivamente, graças à harmonização livre e recíproca das diferentes pessoas, a atividade do mundo se faça melhor, do que quando poucos planejam, organizam e dirigem, por mais competentes e bem intencionados que sejam estes poucos. (WESTBROOK; TEIXEIRA; ROMÃO, 2010, p. 26).

No século XX, vários foram os pensadores que se posicionaram acerca dos diversos conceitos e significados que a palavra democracia assumiu. Esse século foi marcado por duas grandes guerras mundiais, assistiu a ascensão de regimes totalitários e antidemocráticos, bem como várias formas de ditaduras. Nesse contexto, muitos foram os que defenderam a democracia.

Conforme Bobbio (2003, p. 135), “é necessário entender a diferença fundamental que existe entre a democracia dos antigos e a democracia dos modernos”. A primeira era considerada, para alguns pensadores do mundo “antigo”, como uma forma degenerada de governo; enquanto, na contemporaneidade, significa a forma de governo mais “saudável”. Além do mais, os antigos a concebiam como “democracia direta”, enquanto os modernos a entendem como “democracia representativa”. Todavia, embora haja diferenças, há um elemento comum entre elas: o povo, aqui entendido como o “conjunto de cidadãos que têm o direito de tomar decisões coletivas” (BOBBIO, 2003, p. 158).



Diante do exposto, percebe-se que a democracia admite diferentes perspectivas. Contudo, como pondera Bobbio (2003), uma definição mínima de democracia deve ser feita. Desse modo, o referido autor estabelece um sistema de regras relativas a quem tem o poder de tomar certas decisões e por meios de quais procedimentos. Para ele, existem seis tipos de procedimentos essenciais, quais sejam:

1) Todos os cidadãos maiores de idade devem gozar de direitos políticos; 2) o voto de todos os cidadãos deve ter peso igual; 3) todos aqueles que gozam de direitos políticos devem ser livres para votar de acordo com a sua própria opinião formada e o quanto possível livremente, isto é, na livre competição entre grupos políticos concorrentes; 4) também devem ser livres no sentido de que devem poder escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que têm programas diferentes e alternativos; 5) seja para eleições, do que para decisões coletivas, deve ser aplicada a regra da maioria numérica; 6) nenhuma decisão da maioria deve limitar os direitos da minoria (BOBBIO, 2003, p. 381).

Bobbio (2003), após apresentar uma longa análise do conceito de democracia, convida a compreendê-la em uma dimensão mais completa, buscando o seu significado para além de uma forma política de governo. Como mencionam Dias, Cunha e Pradi (2018), Bobbio propõe a ideia de “democracia em desenvolvimento”, em que ocorre a passagem da democracia da esfera política ou do indivíduo para a esfera social.

Somente a esfera política não é suficiente para entender a democracia atual, enquanto os cidadãos das democracias mais avançadas perceberam que a esfera política está, por sua vez, incluída numa esfera muito mais complexa, que é a esfera da sociedade em seu conjunto, e que não existe decisão política que não esteja condicionada ou determinada por aquilo que acontece na sociedade civil (BOBBIO, 2003, p. 156).

Percebe-se, portanto, uma convergência de ideias entre os discursos, seja no que tocante ao aspecto político da democracia, enquanto governo do povo, seja em relação ao seu aspecto social, compreendido como democratização de toda a sociedade. Em todos esses aspectos, a democracia se apresenta como governo da maioria; defende-se o respeito às leis; fala-se em igualdade de direitos, em liberdade, em decisões coletivas e no bem comum. Como afirma Teixeira (2009, p. 28): “democracia é, assim, um regime de saber e de virtude. E saber e virtude não chegam conosco ao berço, mas são aquisições lentas e penosas por processos voluntários e organizados”.

Considerando essa perspectiva, nota-se, em Teixeira, a influência das ideias de Dewey. Para ambos, a democracia consiste em um valor nobre, um saber e uma virtude. Tanto um quanto outro consideram importante a participação de todos, a fim de conquistar as mesmas igualdades de oportunidades.



Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes (TEIXEIRA, 1971, p. 27-28).

Ainda de acordo com Teixeira (1984), a democracia e a educação cumprem a mais alta função, que é a de tornar os homens livres, mais virtuosos e menos ignorantes. Uma não pode ser entendida sem a outra.

Democracia é, literalmente, educação. Há, entre os dois termos, uma relação de causa e efeito. Numa democracia, pois, nenhuma obra supera a de educação. [...] Com efeito, todas as demais funções do Estado democrático pressupõem a educação. Somente esta não é a consequência da democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesma para a sua existência (TEIXEIRA, 1984, n. p.).

A democracia e a educação transformam o homem em cidadão, dotado de sentimentos democráticos, culturalmente mais abertos para respeitar e interagir com as pluralidades e as diversidades políticas e culturais. Como bem expressado por Teixeira (1984, n. p.), a “[...] democracia depende de se fazer do filho do homem – graças ao seu incomparável poder de aprendizagem – não um bicho, mas um homem”.

No contexto atual, as democracias contemporâneas parecem sacudidas pelas turbulências de um mundo onde emerge novos populismos e um abismo crescente entre a classe política e a sociedade civil. Neste contexto, o verdadeiro desafio para a democracia reside no campo da educação. Desse modo, faz-se necessário e urgente a promoção de uma nova educação, e que esta eduque para a democracia.

### **3.2 Educação: supremo dever da democracia**

A educação se presta a muitos significados e interpretações. Ela pode ser entendida, em seu significado mais restrito, como o trabalho desenvolvido no âmbito institucional (escolas e universidades); em seu sentido amplo, relaciona-se com o nível de civilidade de um indivíduo ou povo, envolvendo os aspectos culturais, éticos e políticos. A reflexão ora proposta parte desta última concepção até se chegar à instituição escola.

Aristóteles (1998), em seu tratado sobre política, dedicou uma parte de seu discurso à “educação na cidade melhor”. Para o autor, a educação é essencialmente educação moral, sendo que a formação do bom cidadão está no puro e desinteressado amor pelo conhecimento. Segundo Aristóteles (1998, p. 531), “a cidade equilibrada não é obra do acaso, mas do conhecimento e da vontade. Uma cidade é equilibrada quando os cidadãos que participam no seu governo também são equilibrados”.



Para Platão, segundo Ferrari (2008, p.1), “toda virtude é conhecimento, e ao homem virtuoso é dado conhecer o bem e o belo, pois, a busca da virtude, deve prosseguir pela vida inteira”. Nesta perspectiva, Ferrari (2008, p.2) afirma que “educar é tão importante para uma ordem política baseada na justiça que deveria ser tarefa de toda a sociedade”. Com essa mesma concepção, Rousseau entende que a educação deveria levar o homem ao conhecimento de sua essência e, ao mesmo tempo, à ética. Isso significa uma educação pensada enquanto formadora de um homem ideal para a sociedade.

Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana. Quem entre nós sabe melhor suportar os bens e os males desta vida, é a meu ver, o mais bem educado, daí decorre que a verdadeira educação consiste menos em preceitos do que em exercícios. (ROUSSEAU, 1995, p. 15-16).

Considerando as concepções de educação expostas, percebe-se uma certa comunhão de pensamento no que tange à ideia de educação enquanto instrumento formador de bons cidadãos, críticos, dotados de valores éticos e morais, livres e capazes. Sobre isso, Anísio Teixeira, durante a reunião da Assembleia Constituinte da Bahia, acentuou, com clareza exemplar: “Há educação e educação. Há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é formação do homem livre e sadio. Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos” (TEIXEIRA, 1984, n. p.).

Entende-se que uma educação de qualidade, integral e gratuita, como defendida por Anísio Teixeira, tem por objetivo garantir a igualdade de oportunidade a todos os cidadãos, independentemente da classe social. Por isso mesmo, ele define “[...] democracia a partir da exigência de que a educação fosse garantida como o primeiro de todos os direitos, em nome da igualdade de oportunidades” (ROCHA, 2002, p. 91).

Por mais que já se tenha passado mais de meio século, as concepções de Anísio Teixeira sobre educação são bastante atuais. Ele defendia uma educação libertadora, que considerasse o homem em sua totalidade, assim como Paulo Freire (1987, p. 46), para quem a “educação é prática da liberdade, ao contrário naquela que é prática da dominação”; e ainda, “a reflexão que se propõe, não é sobre este homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo [...], mas, sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente”.

Nota-se que Dewey (1980), Freire (1987) e Teixeira (2009) compreendem a educação enquanto processo, inacabada, em conexão com a vida.

Enquanto vivo, eu não estou preparando-me para viver e daqui a pouco, vivendo. Do mesmo modo, eu não estou em um momento preparando para educar-me e, em outro, obtendo o resultado desta educação. Eu me educo por intermédio de minhas experiências vividas inteligentemente (DEWEY, 1980, p. 116).



Cabe, portanto, à educação ressignificar as experiências de vida. Isso porque consiste em “[...] um processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras” (DEWEY, 1978, p. 17).

O diálogo entre Dewey e Teixeira sobre a educação é fecundo. Ambos a concebem como um processo que ensina a pensar, pois seu propósito é ensinar a viver melhor, a ser crítico, a desenvolver talentos, a realizar-se plenamente e a contribuir com o bem-estar de toda comunidade. Como asseveram Westbrook, Teixeira e Romão (2010, p. 19-20): “A função principal da educação em toda a sociedade é a de ajudar as crianças a desenvolver um caráter, um conjunto de hábitos e virtudes que lhes permitam realizar-se plenamente dessa forma”.

Acredita-se que a reflexão tecida até o presente momento tenha contribuído para uma melhor compreensão dos significados de educação e democracia. Assim sendo, entende-se que se possa avançar com os argumentos, a fim de responder à questão que norteia este estudo.

#### **4. O ambiente escolar: promotor da educação e laboratório da democracia**

Pretende-se, nas próximas linhas, apresentar a escola como instituição social e casa do saber. Esse é o principal ambiente de fomento à educação e à democracia. Dessa forma, o dever primeiro da escola é: preparar homens e mulheres para o exercício da cidadania. Isso significa, acima de tudo, “transformar súditos em cidadãos” (CALAMANDREI, 1950, n.2 p.1-5, tradução nossa). Esse é um “milagre” que somente a escola pode realizar.

Pode-se afirmar que não há verdadeira democracia, se o acesso à educação não for garantido a todos igualmente. Portanto, a principal tarefa da escola deve ser a de oferecer aos estudantes as melhores condições para ler o presente criticamente, direcionando-os para um futuro melhor. Nesta perspectiva, o ambiente escolar deve ser entendido como uma forma de vida comunitária, na qual se concentram todos os meios necessários para tornar o estudante parceiro e protagonista da aprendizagem.

Westbrook, Teixeira e Romão (2010) fazem referência às ideias contidas em um dos primeiros ensaios de Dewey relacionando educação e vida. Ponderam os autores:

Um dos grandes méritos da teoria de educação de Dewey foi o de restaurar o equilíbrio entre a educação tácita e não formal recebida diretamente da vida, e a educação direta e expressa das escolas, integrando a aprendizagem obtida através de um exercício específico a isto destinado (escola), com a aprendizagem diretamente absorvida nas experiências sociais (vida) (WESTBROOK; TEIXEIRA; ROMÃO, 2010, p. 42).



Assim sendo, para educar para a vida social e democrática, é preciso, antes de mais nada, participar dela, e isso significa que a escola deve se propor a ser verdadeiramente uma realidade autêntica e vitalmente democrática. Dewey (1978, p. 11) desenvolve a ideia de uma escola como comunidade democrática e a democracia como “uma experiência continuamente comunicada”, para, assim, delinear que tipo de dinâmica comunicativa deve caracterizar o ambiente escolar.

Ora, comunicação é educação. Nada se comunica sem que os dois agentes em comunicação – o que recebe e o que comunica – se mudem ou se transformem de certo modo. Quem recebe a comunicação tem uma nova experiência que lhe transforma a própria natureza. Quem a comunica, por sua vez, se muda e se transforma no esforço para formular a sua própria experiência. Há, assim, uma troca, um mútuo dar e receber. Neste sentido, toda relação social que seja realmente vivida e participada é educativa para os que dela partilham (DEWEY, 1978, p. 11).

Segundo Westbrook, Teixeira e Romão (2010, p. 20):

[...] a educação para a democracia requer que a escola se converta em instituição que seja, um lugar de vida para o estudante, um lugar em que ele seja um membro da sociedade, que tenha consciência de seu pertencimento e para qual contribua.

Quando a escola assume sua posição de instituição social e comunitária, traz o estudante para perto, e este torna-se parceiro dela, contribuindoativamente para a construção da comunidade educativa. Neste sentido, o ambiente escolar promove o desenvolvimento do espírito social nos atores que ali se encontram, tornando-os capazes de adaptabilidade e iniciativa pessoal.

[...] para a escola fomentar o espírito social das crianças e desenvolver seu espírito democrático, precisava organizar-se como comunidade cooperativa. A educação para a democracia requer que a escola se converta em uma instituição que seja, provisoriamente, um lugar de vida para a criança, em que ela seja um membro da sociedade, tenha consciência de seu pertencimento e para a qual contribua (WESTBROOK; TEIXEIRA; ROMÃO, 2010, p. 20).

A vida social democrática necessita de indivíduos capazes de afirmar o próprio ponto de vista, de assumir responsabilidades e participar, com base em suas convicções, das situações sociais em que estão envolvidos, não apenas se adaptando a elas, mas ajudando a direcioná-las. A escola tem a responsabilidade de promover esse conjunto de habilidades e pode fazer isso, por meio da prática da comunicação descentralizada, e não hierarquizada, de uma gestão democrática e participativa, em que seus projetos e objetivos coincidam com os projetos e objetivos dos estudantes, de modo que estes aprendam a enfrentar os problemas da vida social com o “habitus” de um investigador (DEWEY, 1978).



Diante dessa exposição, é possível constatar que o modelo de escola atual não foi pensado e planejado para ser um ambiente de vida comunitária e social. Nota-se que as propostas curriculares não levam em consideração o interesse do estudante, não o concebe como parceiro social. Nesse modelo de educação, o aluno nada mais é do que um agente passivo, um mero receptor. Dewey (1978, p. 110) considera:

[...] absurdo o professor estabelecer os ‘próprios’ objetivos como objetos adequados ao desenvolvimento dos alunos, da mesma forma que o seria o fazendeiro fixar um ideal agrícola independentemente das condições reais. Objetivos significam a aceitação da responsabilidade de fazer as observações, as antecipações e os arranjos exigidos pela continuidade de uma função [...]. Qualquer objetivo tem valor quando auxilia a observação, a escolha e o planejamento na continuidade da atividade, momento a momento, hora a hora; se o objetivo deixar de lado o senso comum próprio do indivíduo (como certamente fará, se for imposto de fora ou aceito sob autoridade), ele será prejudicial.

Para o referido autor, em vez de impor um programa de estudos aos estudantes, a escola deve dialogar com toda a comunidade escolar, a fim de traçar projetos e objetivos, integrando a psicologia aos programas de estudos. Neste sentido, estará, segundo ele “[...] construindo um ambiente em que as atividades imediatas dos alunos se confrontem com situações problemáticas que exigem conhecimentos teóricos e práticos da esfera científica, históricos e artísticos, para resolvê-los” (DEWEY, 1978, p. 285-291). Com base nisso, o programa curricular de estudos deveria ser para o professor somente um norte, mostrando quais “caminhos estão abertos ao educando no âmbito da verdade, da beleza e do bem e para dizer-lhe: compete a você [professor] conseguir que existam as condições que estimulem e desenvolvam, todos os dias, as faculdades ativas de seus alunos” (WESTBROOK; TEIXEIRA; ROMÃO, 2010, p. 18).

Ainda de acordo com o Dewey (1978), a democracia depende de um modelo de educação que considere o indivíduo como “organismo social”, funcional à democracia. O desenvolvimento desse organismo ocorre dentro da comunidade social, que é a própria escola. Dessa maneira, considera-se a escola como um ambiente idôneo ao desenvolvimento de potencialidades e talentos. Nesta ótica, a educação é o fundamento da democracia na escola, e, para além desta, na sociedade e na vida. Portanto, a escola deve ser compreendida com base na perspectiva de uma comunidade embrionária, pois nela deve-se realizar as relações de cooperação, sinônimas de democracia.

#### 4.1 Escolas inovadoras

Considerando a experiência de Dewey (1978), de uma escola pensada enquanto “laboratório de democracia”, percebe-se que o sistema educacional brasileiro ainda deve percorrer um longo caminho. Alguns modelos de



experiências autênticas de escolas democráticas espalhadas mundo afora podem servir de inspiração. Vale salientar, porém, que é importante que cada realidade considere o próprio contexto. Nenhuma experiência externa pode ser importada e aplicada ao pé da letra. Alguns modelos podem nortear iniciativas na realidade brasileira. Um deles é a Escola de Summerhill, na Inglaterra, que existe há mais de noventa anos. De acordo com Ratier (2011, n. 241, p.1), Summerhill foi criada por Alexander Suntherland Neill. A escola se caracteriza pelas “aulas não obrigatórias” e pelas assembleias coletivas, onde crianças e adultos tomam decisões e definem regras. Esse é um local “[...] onde subir em árvores e construir esconderijos são considerados tão importantes quanto aprender frações decimais” (SINGER, 2010, p. 15).

Singer (2010) diz que uma experiência símila a de Summerhill é a escola estadunidense Sudbury Valley, fundada em 1968 por um grupo de pais e professores da Universidade de Columbia. A característica mais marcante dessa escola é a ausência de currículo. Além disso, “não há requisitos acadêmicos, e os estudantes não são agrupados de modo algum, ficando livres para organizar o seu próprio tempo e associar-se como quiserem, com o educador que escolherem ou sem nenhum deles” (SINGER, 2010, p. 132).

Outro exemplo significativo é dado por Rubem Alves (2015), que traz como modelo a Escola da Ponte, em Vila das Aves, Portugal. Essa escola é a que mais tem servido de inspiração para as experiências democráticas de algumas escolas brasileiras. Nesse ambiente “[...] leva-se mais a sério as perguntas que as crianças fazem do que as respostas que os programas querem fazê-las aprender” (ALVES, 2015, p. 26-27).

Um modelo autêntico e também conhecido no Brasil é a Escola de Reggio Emilia. Trata-se de uma rede de escolas de educação infantil, na cidade de Emilia Romagna, na região Norte da Itália. Essa rede surgiu após a Segunda Guerra Mundial com o intuito de reerguer a cidade, iniciando esse processo pela educação dos pequenos. A escola foi pensada e articulada pedagogicamente por Loris Malaguzzi, seu idealizador, que a concebeu como um ateliê de experiências que “[...] reconhece, valoriza a riqueza, o potencial nas cem linguagens da criança” (CEPPI; ZINI, 2013, p. 5).

No tocante à realidade brasileira, algumas escolas têm dados passos nessa direção. A título de exemplo, pode-se mencionar as experiências de duas unidades escolares que trilham caminhos de escolas inovadoras e democráticas: as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) Desembargador Amorim Lima e Presidente Campos Salles, ambas em São Paulo. Conforme consta no site oficial da EMEF Desembargador Amorim Lima, essa instituição, preocupada em resolver o problema de alto índice de evasão, decidiu, no ano de 1996, abrir-se e acolher toda a comunidade circunstante. Um novo Projeto Político Pedagógico (PPP) foi pensado e articulado com toda a comunidade escolar. Com maior participação dos pais, a escola passou a oferecer atividades extracurriculares no contraturno. Assim, cada estudante passou a contar com um educador-tutor, responsável por acompanhá-lo, orientá-lo e avaliar o seu progresso. Dois grandes grupos de salas de aula tiveram suas paredes derrubadas, e dois



grandes salões foram criados. De acordo com o PPP dessa escola, os alunos sentam-se em mesas com quatro lugares para trabalharem em grupo e responderem, individualmente, a roteiros de estudos. As aulas expositivas se resumem em Matemática, Inglês e oficina de texto. Os professores circulam pelo salão para ajudar os alunos em suas dúvidas. Ao terminar o roteiro, o estudante prepara para seu tutor um portfólio para que este possa avaliá-lo, visto que o sistema avaliativo tradicional não existe nessa instituição (ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005).

Segundo relatos Morais et al. (2017, p. 401-403), a EMEF Presidente Campos Salles decidiu quebrar, além do muro, “as paredes das salas de aula”. Com isso, os estudantes, divididos por série, se agrupam em salões e decidem, coletivamente, o que querem aprender. O roteiro de estudo é o principal dispositivo pedagógico da escola, sendo elaborado de maneira coletiva e interdisciplinar pelos docentes e discentes. Outra característica importante reside no PPP, pensado e articulado de forma integrada com toda a comunidade. A concepção dessa integração parte do princípio de que escola e comunidade formam um mesmo corpo:

[...] os problemas da escola são da comunidade, e os problemas da comunidade são da escola. Assim, a escola e a comunidade são parceiras na luta pela efetivação dos direitos da população de Heliópolis, pela construção de uma cultura de paz e a transformação de Heliópolis em um bairro educador, com o objetivo de transformar a sociedade. (MORAIS et al., 2017, p. 404-405).

Na EMEF Presidente Campos Salles, a avaliação dos estudantes é entendida como processo para a aprendizagem. Desse modo, os educadores realizam diariamente intervenções e mediações referentes à construção do conhecimento, no momento em que os alunos trabalham nos roteiros de estudo, seguidas de registros, para que os demais educadores dos salões possam também acompanhar esse processo. Além disso, o aluno faz, ao final de cada roteiro de estudo, a sua própria autoavaliação. Finalizado o bimestre, ocorrem reuniões dos Conselhos de Classe, em que a equipe gestora, educadores e mediadores avaliam o aluno individualmente, e esse recebe um conceito final. “Todos se reúnem para analisar o processo de desempenho global de cada estudante, suas conquistas e próximos desafios, e para atribuir o conceito final para cada estudante” (MORAIS et al., 2017, p. 409).

As escolas citadas como exemplos têm suas peculiaridades e se caracterizam por serem únicas. Nota-se, todavia, um ponto em comum entre elas: a organização da proposta curricular, que é discutida e decidida em assembleia, segundo o interesse dos estudantes e de toda comunidade escolar.

Com base no que foi apresentado, entende-se que o ambiente escolar deve consistir em um contexto educativo, que permita aos estudantes vivenciarem experiência autênticas de vida social e democrática, apoiando-se



em motivações sociais existentes, orientando-os e direcionando-os para um fim comum, de que se sintam interessados pelo conhecimento.

#### **4.2 Desafios e novas perspectivas**

Neste momento de reavivamento do populismo e de ameaças contra o Estado Democrático de direito, a escola deve pensar suas atividades e direcioná-las para a construção de uma sociedade democrática, redescobrindo a importância de alguns princípios capazes de vincular a esfera individual à esfera social e, como almejada por Papa João Paulo II, em sua Encíclica Sollicitudo Rei Socialis (1987, p.26), capaz de colaborar “[...] para o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens, [...]”, um dever de todos para com todos [...]. Neste sentido, a escola não é apenas um local de desenvolvimento do indivíduo, mas um ambiente de desenvolvimento social e democrático.

Sabe-se, contudo, que muitas são as normas que indicam à escola o que ela deve fazer, mediante uma série de documentos estruturados para ajudá-la a desenvolver melhor a própria função. Entretanto, na prática, o que se nota é que essa instituição se vê a cumprir exigências burocráticas sem uma finalidade precisa e sem enriquecimento do trabalho pedagógico. O risco que se corre é o de perder de vista o objetivo último da educação, que é o de educar para o exercício da cidadania e da democracia.

Educação e democracia não são apreendidas somente em âmbito escolar. A escola não consiste tão somente em local de aprendizado acadêmico, mas também de prática de determinados princípios. Portanto, não deve reduzir-se a um espaço de aprendizagem de conceitos, técnicas e cumprimento de orientações burocráticas. Enquanto instituição educacional, pode e deve assumir a forma de “laboratório de democracia”. Para que isso ocorra, é urgente que se estabeleça, com toda a comunidade escolar, uma relação democrática. Ressalta-se que essa relação está para além das simples eleições para gestores. Esse processo é importante, mas não o caminho principal.

Pensando na proposta de Dewey (1978), que eliminou classes, carteiras e matérias, o segredo está na coragem de ousar e promover mudanças realmente significativas. Ele fez essa experiência há mais de cem anos. Hoje, fala-se bastante na necessidade de implementação de metodologias ativas da educação. Espera-se muito do professor; no mínimo, que seja criativo; e também, fala-se muito em gestão democrática escolar, em PPPs que saiam das gavetas e realmente espelham os interesses dos estudantes; de Conselhos Escolares verdadeiramente funcionais. Na prática, todavia, sabe-se que ainda vigora um sistema educacional com estruturas tradicionais bem enraizadas. Além do mais, o que se assiste, na conjuntura atual, é um desmonte da educação em esfera nacional, que, como efeito dominó, repercute nas demais esferas, “arrebentando” a base fundamental do sistema, que é a escola. Por que tudo isso ainda acontece? A resposta a esse questionamento já foi apontada por Teixeira:



Falamos em democracia: temos aspirações democráticas, sentimentos democráticos. Suspiramos pela democracia que é a educação para todos, educação boa e bastante para todos [...]. E, por que não a tivemos? Porque, força é insistir, jamais fizemos da educação o serviço fundamental da República (TEIXEIRA, 1984, n. p.).

Com base nesse trecho, entende-se que educação e democracia são necessidades vitais em uma sociedade. Neste sentido, a escola é o ambiente fundamental de integração e coesão social, mesmo entre grupos e culturas diferentes, pois favorece o crescimento cultural dos indivíduos, por meio da implementação de hábitos socialmente compartilhados; portanto, de rotinas que representam o sal da democracia. Por excelência, é o ambiente do encontro, de confrontos por meio da argumentação, de respeito às opiniões de terceiros e de agregação de pensamentos diferentes.

Neste sentido, a fim de trilhar os caminhos da educação e da democracia, a escola, de acordo com o contexto em que se insere, deverá atender às demandas da própria realidade dos estudantes. Salienta-se que algumas características comuns devem fazer-se presentes em todas elas. Independentemente se uma escola decide “quebrar ou não as paredes”, “eliminar ou não as salas de aula”, o que não pode faltar é uma organização horizontal e flexível, baseada na participação e no compartilhamento; um modelo democrático oposto ao atual.

## 5. Considerações finais

Após apresentar a visão que alguns teóricos e pensadores têm sobre educação e democracia e de tecer algumas ponderações sobre o tema abordado, é necessário retomar a questão principal deste estudo: a escola pode se constituir como ambiente favorável à educação e ao exercício da democracia, e quais caminhos ela poderá trilhar para alcançar esse objetivo? Com base no que foi apresentado, pode-se afirmar que a escola é, por excelência, o ambiente adequado para educar, aprender, discutir, refletir, praticar e exercer a cidadania e a democracia. Enquanto instituição e casa do saber, deve se propor e atuar como uma pequena comunidade viva, onde estejam presentes a diversidade social, cultural e religiosa. Esse é um lugar de interação, de participação de estudantes, docentes e comunidade.

Essas colocações parecem estar no plano do ideal. Isso porque, na realidade, o que se presencia, muitas vezes, é justamente o oposto: uma escola engessada, enraizada em estruturas hierárquicas e tradicionais, preocupada em cumprir determinações burocráticas. Portanto, para que seja realmente democrática, professores, estudantes e comunidade devem participar de Conselhos e na elaboração do PPP.

Para que a escola seja realmente democrática, não é necessário quebrar os muros e as paredes que dividem as salas de aula. Existem “muros” e “paredes” simbólicos que interferem mais do que a própria estrutura física,



tornando o ambiente escolar sucateado e obsoleto. Diante disso, deve-se repensar a relação escola-aluno, pautando-se pelo diálogo, pelo reconhecimento e pelo respeito aos direitos de cada um, de modo que os alunos desenvolvam a autonomia e a responsabilidade com os outros, com a comunidade e com eles mesmos.

Sabe-se que a educação brasileira carece de reformas eficazes, de investimentos e recursos que realmente atendam às pluralidades. Sabe-se, também, que a educação não é prioridade dos governos. Assiste-se a um desmantelamento do sistema de ensino, com cortes de gastos e redução de recursos, sendo que as reformas estão mais direcionadas para preparar o estudante para suprir uma carência de mão-de-obra barata do que realmente para formar um profissional qualificado e um cidadão pensante e crítico. Desse modo, a ideia de uma educação pública, gratuita, integral e de qualidade para todos, como pensou Anísio Teixeira, ainda continua sendo um sonho. A escola enquanto laboratório de democracia, como propôs Dewey, vive de faz de contas. Mesmo diante desse quadro desolador, algumas experiências, aqui e acolá, apontam caminhos e suscitam esperanças.

Acredita-se que, neste cenário, a atuação do professor-educador ocupa lugar de destaque. A relação que ele estabelece com o aluno é fundamental para o processo de mudança. Mesmo que o sistema não priorize a educação, mesmo que a rede de ensino não promova mudanças inovadoras, mesmo que a escola não tenha a gestão democrática desejada, o vínculo professor-aluno perpassa todos os aspectos que envolvem o ambiente escolar. Ressalta-se que essa relação não pode ser confundida com doutrinação. O verdadeiro professor, à maneira montessoriana, ajuda o estudante a aprender sozinho.

Se a escola realmente deseja ser o ambiente de educação e de democracia, a primeira coisa a se fazer é transformar a classe em um espaço democrático, no qual todos tenham direito à liberdade de expressão. Isso significa dedicar tempo para trazer à tona o pensamento das crianças e dos jovens, conferindo-lhes dignidade. É o exercício dessa liberdade que cria as condições para a introdução de um conteúdo cultural e curricular. E mais, deve-se cultivar nos estudantes o desejo de conhecimento. E isso só é possível se o professor for apaixonado pelo conhecimento e souber transmitir isso em sua forma de trabalho e por meio de sua capacidade de se relacionar com os alunos. Para tanto, é necessário que esse profissional tenha uma boa formação, de modo que não reproduza acriticamente o sistema hegemônico em suas práticas educacionais, levando, muitas vezes, os estudantes a fazerem o mesmo. O professor-educador deve, acima de tudo, levá-los à desnaturalização e ao estranhamento de muitas situações naturalizadas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Conversas sobre Educação**. Rio de Janeiro: Versus, 2015.



AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica.** 2007.

Disponível em:

<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 05 maio 2022.

ARISTÓTELES. **Política.** Tradução de António Campelo Amaral e Carlos

Gomes. Portugal: Vega, 1998. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/357991/mod\\_resource/content/1/Aristoteles\\_Pol%C3%ADtica%20%28VEGA%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/357991/mod_resource/content/1/Aristoteles_Pol%C3%ADtica%20%28VEGA%29.pdf). Acesso em: 01 dez. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade.** 10. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CALAMANDREI, Piero. Discorso pronunciato da Piero Calamandrei al III Congresso dell'Associazione a difesa della scuola nazionale (ADSN). **Supp. AI**, n. 2 del 20 marzo 1950, p. 1-5. Roma 11 febbraio 1950. Disponível em: [https://www.uaar.it/uaar/ateo/archivio/2002\\_3\\_art1.html/](https://www.uaar.it/uaar/ateo/archivio/2002_3_art1.html/). Acesso em: 12 dez. 2021.

CEPPI, Giulio; ZINI, Michele (Orgs.). **Crianças, espaços, relações:** como projetar ambientes para a educação infantil. Porto Alegre: Penso, 2013.

DEWEY, John. **Democracia e Educação:** uma introdução para a Filosofia da Educação. Trad. Godofredo Rangel; Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979.

DEWEY, John. **Vida e Educação.** 10. ed. São Paulo: Edições Melhoramento, 1978.

DEWEY, John. **Vida e Educação.** Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Abril Cultura, 1980.

DIAS, José; CUNHA, Júnior; PRADI, Valdenir (Orgs.). **A Teoria Geral da Política de Norberto Bobbio:** elementos introdutórios. Toledo, PR: Vives, 2018.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Democracia.** 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/democracia/>. Acesso em: 01 dez. 2021.



ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA.  
**Conheça o Projeto Político Pedagógico da Amorim Lima.** 2005.

Disponível em: <https://amorimlima.org.br/2018/05/5180/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

FERRARI, Márcio. **Platão, o primeiro pedagogo.** Nova Escola, 01 de Outubro, 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1850/platao-o-primeiro-pedagogo>. Acesso em: 28 out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz & Terra, 1987.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica:** Sollicitudo Rei Socialis. 1987. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_30121987\\_sollicitudo-rei-socialis.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html). Acesso em: 28 out. 2021.

MORAIS, Sarah Papa et al. Metodologias ativas de aprendizagem: elaboração de roteiros de estudos em “salas sem paredes”. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017. p.395-427.

MUSTI, Domenico. Storia Greca. **Corriere della Sera**, Milano, Itália, p. 179-185, 2004.

RATIER, Rodrigo. Conheça Summerhill, a escola em que o aluno pode (quase) tudo. **Nova Escola**, Edição 241, Abril, 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1508/conheca-summerhill-a-escola-em-que-o-aluno-pode-quase-tudo>. Acesso em: 18 dez. 2021.

ROCHA, José Augusto de Lima (Org.). **Anísio em movimento.** Brasília: Senado Federal, 2002.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato Social.** Tradução de Lourdes Santos Machado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SINGER, Helena. **República de crianças:** sobre experiências escolares de resistência. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **A Pedagogia de Dewey.** São Paulo: Melhoramentos, 1971.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Educação e cultura na Constituição do Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 65, n.



151, set./dez. 1984. Disponível em:  
<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/educacao5.html>. Acesso em:  
09 dez. 2021.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação para a Democracia**. Rio de Janeiro:  
UFRJ, 2009.

WESTBROOK, Robert B.; TEIXEIRA, Anísio Spínola; Romão, José Eustáquio.  
**John Dewey**. Recife: Massangana; Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

Recebido em: 21 de março de 2022.  
Aceito em: 10 de maio de 2022.  
Publicado em: 27 de maio de 2022.

